



## O Princípio do “Tempus Regit Actum” aplicado à Concessão do Benefício de Pensão por Morte.

### Autor(res)

Sandra Pereira Cacciatore  
Felipe José Garcia Da Silva  
Blaine Alves Diogo Nunes  
Gabriel Manganaro Ramos Quirino  
Cristina Cesar

### Categoria do Trabalho

Trabalho Acadêmico

### Instituição

FACULDADE ANHANGUERA JARAGUÁ DO SUL

### Introdução

A expressão “o tempo rege o ato”, é um princípio do Direito, normalmente escrito em latim, tempus regit actum, que estabelece a validação formal de um ato jurídico pela lei vigente na época em que foi praticado. A pensão por morte, instituto previdenciário de vital importância social, frequentemente coloca em conflito duas normas fundamentais: a lei vigente ao tempo do óbito e a lei posterior, mais benéfica. Este trabalho analisará a aplicação do princípio do tempus regit actum – que prega a regência do fato pela lei da época em que ocorreu – aos requisitos e cálculos desse benefício. O objetivo é debater os limites desse princípio diante do direito adquirido e da aplicação da norma mais favorável ao segurado e sua família, tema de significativa controvérsia doutrinária e jurisprudencial.

### Objetivo

O objetivo é debater os limites desse princípio diante do direito adquirido e da aplicação da norma mais favorável ao segurado e sua família, tema de significativa controvérsia doutrinária e jurisprudencial.

### Material e Métodos

Esta pesquisa, cuja abordagem é de cunho qualitativo, trata-se de uma breve revisão bibliográfica e análise de legislação previdenciária brasileira, reunindo os entendimentos doutrinários e jurisprudenciais, confrontando argumentos favoráveis e contrários à aplicação retroativa da lei mais benéfica, com o objetivo de identificar qual teoria melhor se adequa ao caso concreto da pensão por morte, garantindo segurança jurídica e efetividade da proteção social. A análise centrou-se na legislação previdenciária pertinente, em especial a Lei nº 8.213/91 e suas alterações posteriores, e na Constituição Federal de 1988, bem como na Emenda Constitucional 103/2019 e na Súmula 340 do STJ. Consultou-se a doutrina especializada em Direito Previdenciário e Hermenêutica Jurídica, para a fundamentação teórica dos conceitos de tempus regit actum, direito adquirido e ato jurídico perfeito. Adicionalmente, realizou-se um levantamento da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal (STF) e do Superior Tribunal de Justiça (STJ), com o intuito de mapear o posicionamento dos tribunais superiores sobre o conflito de



leis no tempo aplicado à pensão por morte.

## Resultados e Discussão

A pesquisa demonstrou que a aplicação do princípio do tempus regit actum à pensão por morte é um tema profundamente controvertido, gerando um dissídio jurisprudencial e doutrinário que opõe, de um lado, a segurança jurídica e, de outro, a proteção social como valores a serem privilegiados.

De um lado, identifica-se uma corrente que defende a aplicação integral do tempus regit actum. Para esta, o direito à pensão por morte constitui-se no momento do óbito do segurado, tornando-se um direito adquirido. Dessa forma, a lei aplicável será sempre aquela em vigor na data do falecimento, sendo vedada a aplicação retroativa de leis posteriores, ainda que mais benéficas. Este entendimento busca garantir a estabilidade das relações jurídicas e é frequentemente associado a uma visão mais restritiva dos orçamentos previdenciários. De outro lado, uma corrente majoritária e mais alinhada com a finalidade social da seguridade defende a aplicação da norma mais benéfica. Este posicionamento argumenta que o benefício de pensão por morte, embora deflagrado pelo óbito, possui natureza alimentar, destinando-se à proteção da família do segurado. Nessa perspectiva, prevalece o princípio da aplicação imediata da lei mais favorável, afastando a rigidez do tempus regit actum. A discussão central, portanto, reside na ponderação entre a natureza do instituto. A análise revela que, atualmente, o ordenamento jurídico brasileiro, guiado pela primazia da dignidade da pessoa humana, tem inclinado a balança em favor da tese do direito alimentar, mitigando a aplicação do tempus regit actum para assegurar a sobrevivência digna dos dependentes, mesmo que o fato gerador tenha ocorrido sob a égide de uma lei menos vantajosa.

## Conclusão

A análise do tema permite concluir que a rígida aplicação do princípio do tempus regit actum à pensão por morte mostra-se incompatível com a natureza alimentar do benefício e com os fundamentos constitucionais da seguridade social. O entendimento que prevalece, tanto na doutrina majoritária quanto na jurisprudência dos tribunais superiores, é o de que a proteção da família do segurado, lastreada na dignidade da pessoa humana, deve sobrepor-se à estrita segurança jurídica. Dessa forma, conclui-se que a lei nova e mais benéfica aplica-se imediatamente, assegurando uma proteção social efetiva e c

## Referências

- KERTZMAN, Ivan; MARTINEZ, Luciano. Guia Prático da Previdência Social: Salvador, 7ª. Edição, Ed. JusPodivm, 2020.
- FOLMANN, Melissa; SOARES, João Marcelino. Revisões de Benefícios Previdenciários: Curitiba. Ed. Juruá. 2021.
- GEROMES, Sergio. Passo a Passo do Cálculo do Benefício Previdenciário (Antes e depois da reforma da Previdência): São Paulo, Ed. Lujur. 2020.
- [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/emendas/emc/emc103.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc103.htm)
- [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l8213cons.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8213cons.htm)
- [https://www.stj.jus.br/docs\\_internet/revista/eletronica/stj-revista-sumulas-2012\\_29\\_capSumula340.pdf](https://www.stj.jus.br/docs_internet/revista/eletronica/stj-revista-sumulas-2012_29_capSumula340.pdf)
- AMADO, Frederico. Curso de Direito e Processo Previdenciário: 12ª. Edição. Ed JusPodivm: Salvador. 2020